



## Destaque Rural Nº 215

13 de Março de 2023

### **INVESTIMENTOS, GÉNERO E EXCLUSÃO NO MEIO RURAL: MECANISMOS DE COMPENSAÇÃO EM CONTEXTO DE DESIGUALDADES PRÉ-EXISTENTES<sup>1</sup>**

**Natacha Bruna**

#### **RESUMO**

A literatura existente centra-se principalmente nos impactos de investimentos na subsistência rural da população afectada como um todo. No entanto, as comunidades afectadas não constituem um grupo homogéneo, contêm diferenças económicas e sociais a ter em conta que determinam a incorporação/exclusão de diferentes grupos no processo de desenvolvimento rural promovido por tais investimentos. Portanto, é importante considerar as estruturas de desigualdades pré-existentes, pois elas condicionam fortemente e diferenciam os resultados da expropriação de terras, os respectivos mecanismos de compensação e moldam os impactos experienciados para cada um dos segmentos da comunidade afectada.

O presente texto reflecte sobre os impactos dos mecanismos de compensação no âmbito da implementação de grandes projectos no meio rural, tendo como caso empírico grandes empresas de plantações florestais, mais especificamente a Portucel Moçambique. No caso da Portucel, os mecanismos de compensação incluem o seu PDSP e o emprego gerado. Diferentes estudos sobre a temática (veja, por exemplo, Bruna, 2017 e Siteo, 2020) mostram que os mecanismos de compensação não melhoraram os meios de subsistência das famílias rurais afectadas. No entanto, neste texto indica-se que nem todos os segmentos populacionais são impactados da mesma forma, sendo que as desigualdades locais pré-existentes (económicas e de género, mais especificamente) determinam o quão incorporados ou excluídos diferentes segmentos de agregados familiares são no que se refere ao processo de desenvolvimento rural promovido pela empresa. Os camponeses mais pobres (com menos posse de terra e com menos ligações às elites rurais) e as mulheres têm acesso limitado às oportunidades que o projecto promove como acesso a emprego, Plano de Desenvolvimento Social da Portucel (PDSP), entre outros. Nota-se que este problema é mais intensificado para as mulheres chefes de agregados familiares (geralmente viúvas e divorciadas).

---

<sup>1</sup> Este DR foi elaborado com base num capítulo de tese de doutoramento publicado na revista *Feminist Africa*. Bruna, N. (2022). Gendered Terms of Incorporation and Exclusion in Rural Mozambique: Unpacking Pre-existing Inequalities and Mechanisms of Compensation. *Feminist Africa*, 3(2).

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A implementação de grandes projectos no meio rural implica processos de expropriação de terra, mediante diferentes processos e modelos, acompanhados de processos de compensação (indenização, oferta de emprego, reassentamento, entre outros). Estes processos podem incluir, como referido em diferentes estudos globalmente, mecanismos de incorporação adversa, exclusões sociais e de género, entre outras implicações e ameaças à subsistência rural (Borras e Franco, 2012; Hall *et al.*, 2015; Tsikata e Yaro, 2014; Mandamule, 2017; Feijó, 2014; Bruna, 2017).

Grande parte da literatura existente sobre impactos de grandes projectos no meio rural centra-se principalmente nos impactos para a população afectada como um todo. Porém, as comunidades afectadas não constituem um grupo homogéneo, contêm diferenças económicas e sociais a ter em conta que determinam os impactos e, principalmente, a incorporação/exclusão de diferentes grupos no processo de desenvolvimento rural promovido pelos investimentos. As condições socioeconómicas locais desempenham um papel crítico nos resultados para diferentes categorias de agregados familiares, particularmente as condições relacionadas com a posse de terra, regimes laborais, meios de subsistência e economias locais (Ali e Stevano, 2019; Hall *et al.*, 2017).

Este texto resulta de um capítulo de tese de doutoramento, que procura compreender de que forma as desigualdades existentes antes da instalação dos grandes projectos moldam o sucesso, ou não, das diferentes formas de compensação. Desta forma, é possível compreender as implicações diferenciadas dos mecanismos de compensação em relação a segmentos distintos da população rural. Foi também possível compreender que maior atenção é necessária no que se refere à questão de género, particularmente, como o impacto directo destes projectos se manifesta em grupos mais vulneráveis na comunidade como, por exemplo, mulheres chefe de agregado familiar (viúvas, divorciadas, entre outros casos).

## O QUE SÃO MECANISMOS DE COMPENSAÇÃO?

Em Moçambique, o discurso público afirma que o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) nas zonas rurais (mesmo aquele que implica expropriação de terras) tem o potencial de promover o desenvolvimento rural através de mecanismos de compensação concebidos para integrar as famílias rurais afectadas em projectos de desenvolvimento socioeconómico.

Os mecanismos de compensação incluem os previstos na legislação por expropriação de terra (indenizações, reassentamentos, entre outros, negociáveis em consulta comunitária), mas incluem também outros processos como geração de emprego, programas de responsabilidade social das empresas, planos de desenvolvimento social e comunitário que visam proporcionar estratégias alternativas de subsistência e geração

de rendimentos. Ou seja, todos estes constituem formas de compensar as comunidades afectadas pela perda de terras e recursos e pela ruptura das suas estratégias de subsistência, com o objectivo de incorporá-las no desenvolvimento rural promovido pelo investimento ou projecto. No caso da Portucel, os mecanismos de compensação incluem o seu PDSP e o emprego gerado.

Este texto usa, como caso empírico, a Portucel, mas é representativo e as suas recomendações podem ser usadas para outros projectos de plantações florestais no país, entre outros investimentos com modelos de compensação similares. As questões de pesquisa foram abordadas utilizando informações de um estudo qualitativo, onde a recolha de dados primários ocorreu em cinco visitas de campo efectuadas intermitentemente entre 2015 e 2019. A recolha de dados consistiu em entrevistar chefes de agregado familiar que anteriormente detinham o DUAT das terras onde a Portucel desenvolveu as suas plantações (para mais detalhes metodológicos, veja Bruna, 2022).

## **O CASO DA PORTUCEL E SEUS MECANISMOS DE COMPENSAÇÃO**

Em 2009, a Portucel Moçambique iniciou um megaprojecto de plantações florestais no país, em parceria com a Corporação Financeira Internacional do Banco Mundial. Continua a ser o maior no sector agrário - em termos de dimensão da terra obtida e volume de investimento (cerca de 2,5 mil milhões de USD). Mais de 350.000 hectares de terra foram obtidos, nas províncias da Zambézia e Manica. A empresa não seguiu os requisitos legais nacionais de obtenção de terras, tais como o reassentamento dos residentes. Em vez disso, o Conselho de Ministros aprovou a proposta de compensar a perda de terras através da implementação do Plano de Desenvolvimento Social da Portucel (PDSP).

O PSDP, como mecanismo de compensação, incluía a promoção de projectos que promovessem a produção de alimentos e projectos geradores de rendimentos para superar o desafio de acesso aos alimentos e de produtividade após a perda de terras de produção. Esperava-se que esses projectos: (1) fornecessem assistência técnica e treinamento em técnicas agrícolas (seguindo as directrizes da *Climate Smart Agriculture*); (2) distribuíssem insumos agrícolas; (3) construíssem celeiros; (4) construíssem furos de água; e (5) construíssem e reabilitassem estradas e pontes, entre outros projectos de geração de rendimentos de menor dimensão (Portucel Moc, 2021).

## **IMPACTOS DIFERENCIADOS DOS MECANISMOS DE COMPENSAÇÃO**

### **Contexto histórico e estruturas pré-existentes**

A forma actual da sociedade rural africana deriva do seu passado colonial. A primeira disputa pela África moldou as sociedades agrárias no que elas são hoje (Moyo *et al.*, 2012). Os processos históricos de mudança agrária devido ao colonialismo e ao imperialismo ainda estão presentes, particularmente no que diz respeito aos meios de

subsistência rurais e à distribuição da terra. A exploração da força de trabalho foi uma das principais estratégias de Portugal colonial e das concessões de capital estrangeiro em Moçambique colonial - o que moldou a dinâmica de semi-proletarização do campesinato. De 1930 a 1970, o colonialismo português intensificou a integração dos camponeses na economia capitalista global, incluindo a transformação das populações indígenas do sul de Moçambique numa reserva de mão-de-obra para o capital mineiro sul-africano. As regiões centro e norte do país tornaram-se numa economia de plantação com grandes empresas produtoras de açúcar, algodão e tabaco (Serra, 2000).

De acordo com Wuyts (1989: 27), o caminho histórico colonial impulsionou três principais grupos de estratégias de subsistência para o campesinato, nomeadamente: (i) a venda de culturas para o mercado, (ii) a venda de mão-de-obra para plantações nas regiões norte e centro, e uma reserva de mão-de-obra para a mineração sul-africana, e (iii) a prática da agricultura para consumo próprio. Após a independência, e a adopção dos programas de ajustamento estrutural das instituições de Bretton Woods, a economia moçambicana realizou uma viragem neoliberal, que se intensificou após os anos 2000, e o desenvolvimento rural e os meios de subsistência têm sido moldados por estas dinâmicas (Bruna, 2022).

A recolha de informação no Distrito de Ile confirmou que a maioria das famílias era constituída por agricultores de subsistência com alguma integração no mercado. Baseavam-se em técnicas de produção precárias, principalmente alimentadas pela chuva e técnicas de mão-de-obra intensiva, utilizando ferramentas, tais como enxadas, e sem aplicação de fertilizantes. As famílias forneciam a força de trabalho. Produziam, principalmente, milho, amendoim, feijão e mandioca (INE, 2012). Assim, a expectativa era que a implementação do PSDP promoveria a transformação agrária, em termos de mecanização e utilização de melhores práticas e de insumos agrícolas. Um representante da empresa reportou em 2018/2019 que cerca de 5.800 famílias e 115 comunidades nas Províncias de Manica e Zambézia tinham recebido benefícios desde a implementação do PSDP em 2015.

## **INTENSIFICAÇÃO DA DIFERENCIAÇÃO SOCIAL PRÉ-EXISTENTE PÓS-INVESTIMENTO**

Constatou-se e confirmou-se no campo o referido por Bruna (2017), num estudo na base de inquéritos e entrevistas, que os mecanismos de compensação impactaram negativamente na maioria da população expropriada pelo projecto. No entanto, notam-se impactos diferenciados por segmento de população rural afectada. Factores como, pertencer, ou não, a famílias ligadas às lideranças e elites económicas locais, género, e idade diferenciaram as experiências e impactos da expropriação de terra, e determinaram também o acesso a oportunidades de melhoria de condições de vida, como emprego, e ser, ou não, incorporado no PDSP. Consequentemente, estas desigualdades pré-existent determinaram ou influenciaram os termos de incorporação e/ou exclusão das diferentes categorias/classes dos agregados familiares no processo de desenvolvimento rural.

No entanto, há que compreender que estas categorias, ou classes, existentes no grupo de agregados familiares afectados podem ser dinâmicas e podem apresentar fronteiras cinzentas. Diferentes factores (internos e externos) podem deslocar os agregados familiares de uma categoria para outra. Em alguns casos, alguns agregados familiares podem pertencer simultaneamente a múltiplas categorias. Neste texto, e tendo em conta estas reservas acima mencionadas, consideraram-se quatro grandes categorias com base no género, dimensão da propriedade de terra, diversidade de fontes de rendimento e volume de produção relatadas pelos chefes de agregado familiar:

***i. Elites locais: intensificação da diferenciação social***

Nem todos os agregados familiares rurais foram afectados ou experienciaram o processo de expropriação de terras e respectiva compensação da mesma forma. Assim, embora muitos referissem (mais de 70% da amostra de Bruna, 2017) que a compensação recebida era insuficiente para cobrir as suas despesas e proporcionar-lhes o bem-estar geral, as elites locais não referiram ter sido afectadas de forma semelhante. Fazem parte da elite local indivíduos, como, líderes comunitários (por linhagem e parentesco) e os seus parentes, camponeses "mais ricos" (com maiores parcelas de terra, gado e/ou unidades de processamento, como moageiras, etc.), funcionários do governo local, entre outros com relações com actores económicos e lideranças. São normalmente muito influentes dentro da comunidade e estão à frente dos processos de tomada de decisão e negociação com os intervenientes externos. Isto coloca-os numa posição vantajosa relativamente ao acesso à informação e elegibilidade para programas externos. Aumenta a sua oportunidade de receber benefícios derivados de tais programas. Este grupo de indivíduos é um produto de estruturas rurais pré-coloniais, coloniais e pós-independência, e de liderança tradicional nativa. Alguns tiveram acesso a terra e benfeitorias de investimentos coloniais no período pós-independência.

As elites locais beneficiaram do PSDP, tendo alguns sido nomeados líderes de grupo para as parcelas de demonstração de práticas de agricultura mais resiliente promovida pelo PDSP, o que lhes deu acesso a insumos e assistência técnica. A sua elegibilidade também se deveu a outros critérios, como possuir um bilhete de identidade e à sua experiência anterior com a comercialização. A entrevista com um chefe de um agregado familiar, que faz parte desta classe, que anteriormente a Portucel, era o proprietário da moageira usada na comunidade, revelou certas vantagens de ser líder de grupo, tais como receber mais insumos agrícolas e assistência técnica:

O meu benefício é ser o líder do grupo. Com o rendimento, consegui comprar uma motobomba para irrigar as minhas machambas utilizando um painel solar. Agradeço à Portucel por estas melhorias... (Homem, Líder de Parcelas de Demonstração, Ile, 2019).

## ***ii. Trabalhadores assalariados permanentes: mais terra, mais benefícios***

Os trabalhadores permanentes eram, geralmente, homens chefes de agregado familiar com parcelas maiores que a média e que não estavam a ser totalmente utilizadas antes do início do projecto. Como eram proprietários de parcelas grandes, podiam transferir mais terra para a empresa e reter o suficiente para suportar a sua subsistência. Foram estes, depois das elites, a ter acesso privilegiado a empregos permanentes, principalmente como guardas, "agentes de ligação" (ou seja, oficial de ligação, entre a comunidade e a empresa), entre outros empregos para funções similares, incluindo algumas oportunidades de trabalho sazonal mais prolongado. Recebiam sementes e assistência técnica para as suas machambas ao abrigo do PSDP. Podiam assegurar rendimentos regulares, que investiam em insumos e mão-de-obra agrícola, permitindo-lhes produzir alimentos adequados e culturas de rendimento para vender no mercado. Estes referiram que contratavam mão-de-obra, geralmente mulheres e homens de famílias mais desfavorecidas, para além de dependerem da mão-de-obra das suas esposas.

Apesar dos benefícios derivados das intervenções do PSDP, as entrevistas com trabalhadores permanentes não confirmaram melhorias significativas na vida. Estes trabalhadores assalariados reconheceram os benefícios de um salário mensal, mas queixaram-se da carga de trabalho versus a quantidade de dinheiro que recebiam. Um trabalhador permanente - um guarda - controla 48 blocos de eucalipto e controla os incêndios. Estes trabalhadores precisam de um telemóvel e de uma bicicleta, que têm de comprar do seu salário, para poder realizar as suas tarefas. Os incapazes de o fazer têm de percorrer longas distâncias a pé para cobrir os blocos de eucaliptos. Um guarda salientou:

Desde que comecei a trabalhar na empresa, a minha vida melhorou; não totalmente, mas, pelo menos, o mínimo. No entanto, a parte negativa é o tempo de trabalho [a carga de trabalho]. Não podemos acrescentar o nosso valor à comunidade e ter empresas que ajudam a comunidade a crescer... Eu estava a trabalhar no campo e perdi o meu telefone. Não vou poder comprar um novo. Queremos um salário que nos permita crescer. É difícil acordar, ir à minha machamba das 4 às 7 da manhã e, depois, trabalhar para a empresa o resto do dia (Homem, Trabalhador da Portucel, Ile, 2019).

## ***iii. Camponeses chefes de agregados familiares mais desfavorecidos: intensificação da auto-exploração da força de trabalho***

Este grupo de entrevistados incluiu homens chefes de agregado familiar que possuíam terras relativamente mais pequenas e sem ligações com as elites locais. Dedicavam-se, principalmente, à agricultura de subsistência e, ocasionalmente, vendiam o excedente no mercado. Em resposta às promessas feitas pela empresa, a maioria transferiu para ela as suas terras. Os que não o fizeram tiveram as suas terras expropriadas à força e acabaram por ficar com terras insuficientes para sobreviver ou sem qualquer terra. Alguns foram

empregues como trabalhadores ocasionais (pontualmente chamados para fazer limpezas às áreas que transferiram), e afirmam:

Querem que trabalhem desde o amanhecer até ao anoitecer. É um trabalho de ruptura das costas. Os salários são baixos e não compensam. Estamos descontentes com isso; o dinheiro é tão pouco. Contratam-nos para trabalhar apenas alguns dias e, depois, tentam aproveitar ao máximo o nosso trabalho todos os dias desde o amanhecer até ao anoitecer (Homem, Chefe de família, Ile, 2019).

Este segmento de trabalhadores enfrenta baixos rendimentos e graves défices alimentares, e teve de adoptar estratégias alternativas de subsistência para sobreviver. As estratégias mais comuns foram: (1) vender mão-de-obra a agregados familiares com melhores condições (trabalhadores assalariados permanentes ou elites rurais); (2) pedir emprestado ou alugar terras à família ou a outros membros da comunidade; (3) participar na migração sazonal para trabalhar em cidades ou vilas próximas, como trabalhadores da construção civil; e (4) migrar permanentemente. Na sua ausência, as suas esposas assumiram o papel de chefes da família, responsáveis por assegurar a sobrevivência das famílias através da produção de subsistência e do trabalho assalariado nas machambas da elite rural e dos trabalhadores permanentes.

#### ***iv. Agregados familiares chefiados por mulheres: exclusão e exploração laboral***

As mulheres chefes de agregado familiar não tiveram oportunidade de consentir a "transferência" das suas terras para a empresa, pois referem não ter participado nas consultas comunitárias. Esta situação deriva das práticas culturais tradicionais e consuetudinárias de exclusão do género nas zonas rurais de Moçambique (Agy, 2018). Mesmo sendo proprietárias de terras, a sua oportunidade de emprego foi transferida para outros homens (sobrinhos, genros, entre outros). Um líder comunitário em Ile explicou o seguinte:

Ela e a sua filha deram as suas terras [à Portucel]. Por serem mulheres, não podem lidar com este trabalho; só os homens podem lidar com [isto]. Depois de os homens terem conseguido o emprego [emprego casual], partilharam o rendimento ao meio. Uma metade para eles [mulheres], como proprietários de terras, e a outra metade para os homens, que trabalhavam... Para a outra [outra mulher que estava presente na reunião] também, porque elas não têm filhos, não têm homens nas suas famílias, foi o mesmo processo (Líder Comunitário, Ile, 2019).

As mulheres entrevistadas queixaram-se de questões relacionadas com o acesso a alimentação. Na grande maioria, as mulheres referiram que a produção alimentar era uma prioridade maior para a comunidade, ao invés das plantações de eucalipto, afirmando "o eucalipto não mata a fome". Por outro lado, como mencionado anteriormente, os homens camponeses mais pobres estavam a migrar para áreas peri-

urbanas em busca de emprego. Entretanto, as suas esposas assumiam a plena responsabilidade pela reprodução social doméstica e pela machamba.

Por exemplo, antes da Portucel expropriar as suas terras, Dona Deolinda e o seu marido trabalhavam na sua machamba. Depois de terem sido expropriados em 2009, o seu marido foi para a cidade à procura de emprego em construção civil, enquanto ela assumiu a chefia da casa, cultivava em terras emprestadas e oferecia a sua mão-de-obra para famílias com melhores condições na machamba ('ganho-ganho'). Até 2019, o seu marido não tinha regressado. Dona Deolinda e outras mulheres chefes de agregado familiar enfrentam situações severas a sobrevivência e subsistência rural:

É mau. Não tenho nada, não tenho mandioca, nada. Não compreendo porque é que a mandioca e o feijão não crescem junto ao eucalipto; absorve toda a água. O meu marido teve de se mudar para a cidade para trabalhar na construção, e enviou-me um pouco de dinheiro, que não era suficiente. Tenho de trabalhar nas machambas de outras pessoas para ganhar dinheiro (Mulher Camponesa Expropriada, Ile, 2019).

A exclusão dos agregados familiares chefiados por mulheres segue o argumento de Tsikata e Yaro (2014) de que se as desigualdades pré-existent não forem abordadas, o acesso das mulheres às oportunidades, tais como empregos permanentes e PSDP, é limitado. As mulheres chefes de agregado familiar apresentam maiores riscos de serem excluídas e de sofrerem efeitos adversos acentuados da apropriação de terras, mesmo que sejam implementados mecanismos de compensação.

## **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

A implementação de mecanismos de compensação, tais como a criação de emprego e planos de desenvolvimento social, para integrar as famílias rurais no esperado processo de desenvolvimento rural e, assim, melhorar a sua subsistência, sem considerar as estruturas rurais pré-existent e as desigualdades, não é eficaz. No texto mostra-se que as experiências de desenvolvimento social derivadas dos projectos lançados pela Portucel Moçambique diferiram em função de classe social e género dos membros da comunidade. As estruturas e desigualdades pré-existent determinaram diferenças nas experiências de compensação e a incorporação ou exclusão dos diferentes segmentos populacionais. Deste modo, pode-se inferir que as relações e desigualdades intra-comunitárias exacerbaram o impacto da expropriação de terras e criaram adversidades, afectando a eficácia dos mecanismos de compensação, determinando, assim, o nível de incorporação e exclusão do desenvolvimento rural promovido por projectos/investimentos, como o da Portucel.



Neste texto mostram-se os vários graus de impacto para as comunidades afectadas por expropriação de terra e compensação, na sua heterogeneidade, que vivenciam processos de compensação que determinam a exclusão social e intensificam a diferenciação social no mundo rural, sendo as mulheres chefes de agregado familiar, o segmento mais excluído destes processos.

Recomenda-se que projectos e investimentos desta natureza compreendam profundamente as estruturas e desigualdades sociais pré-existentes, para melhor perceber as dinâmicas locais, desenhar e implementar projectos que não intensifiquem estas desigualdades sociais, mas que promovam um desenvolvimento mais inclusivo possível e minimizem a exclusão social. Desta forma, os mecanismos de compensação terão maior potencial de eficácia.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores

**E-mail:** [office@omrmz.org](mailto:office@omrmz.org)

**Endereço:** Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.

Maputo – Moçambique

[www.omrmz.org](http://www.omrmz.org)